



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 46ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/6/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado André Quintão - Bem, Sr. Presidente, já olhei no Regimento, mas quero dizer que estou inscrito para falar, porque hoje recebemos a visita dos trabalhadores em saúde que estão em greve e em processo de negociação, e o bloco de oposição gostaria de se manifestar. Então peço que nenhum Deputado solicite o encerramento da reunião, em respeito aos trabalhadores que estão aqui e querem uma manifestação da Assembleia.

O Deputado Bosco - Percebendo que não há número suficiente para darmos sequência à reunião, peço o encerramento, de plano, da reunião, como é regimental. Mas, com apenas de 4 a 5 Deputados em Plenário, é perceptível que não há número suficiente para isso. Portanto peço que, de acordo com o art. 44 do Regimento, seja feito o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado André Quintão - Solicito a recomposição de quórum. Gostaria apenas de lembrar que há várias comissões em funcionamento. Aproveito para reiterar ao Deputado Bosco que estamos inscritos e os trabalhadores estão aqui. A Assembleia está



liderando a campanha Assine + Saúde, e não vamos discutir a saúde em Minas Gerais com os trabalhadores em greve? Acho que é um absurdo.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita à Sra. Secretária que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

A Sra. Secretária (Deputada Rosângela Reis) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 9 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 941 e 1.169/2011, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões; e informa ainda que foi recebida nesta reunião a Mensagem nº 262/2012, do Governador do Estado, encaminhando o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146.

- O teor da Mensagem nº 262/2012 é o seguinte:

“MENSAGEM Nº 262/2012*"

Belo Horizonte, 19 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi opor veto total, por contrariedade ao interesse público, à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma.

Razões do Veto:

De origem parlamentar, a iniciativa da criação de um método rápido e eficiente de circulação de informação para dar subsídio às ações de investigação, prevenção e repressão de crimes é medida que traz evidente benefício à política de saúde e de segurança pública do Estado. Entretanto, a despeito da relevância da iniciativa, a proposição pode ser aprimorada, de forma a dar maior alcance e efetividade à norma.

Neste sentido, resolvo por opor veto total à Proposição de Lei nº 21.146, por considerá-la, tal como apresentada, contrária ao interesse público, nos termos que se passa a expor.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde - SES, órgão afeto à matéria, o atual projeto deve ser aperfeiçoado para atender ao disposto no inciso II do art. 66 do Decreto-Lei Federal nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Segundo o artigo, trata-se de contravenção penal deixar de comunicar à autoridade competente crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício da medicina ou de outra profissão sanitária, desde que a ação penal não dependa de representação e a comunicação não exponha o cliente a procedimento criminal. Neste sentido, a notificação, conforme tratada, se restringiria às armas arroladas, deixando de abranger outros instrumentos passíveis de causar lesões e mesmo morte, como venenos, produtos inflamáveis e outros.

Ademais, o prazo de uma hora para a notificação de que trata a lei mostra-se exíguo, principalmente por não considerar as ocorrências verificadas durante a noite. Geralmente os hospitais não contam com profissionais habilitados a fazer tais notificações no período noturno, e outros profissionais teriam que ser desviados do atendimento assistencial, o que é inconveniente. Conforme manifestação da SES, encaminhada durante a tramitação do projeto, um prazo de 24 horas seria adequado e não prejudicaria a ação dos órgãos de segurança pública.

Por fim, a entrada imediata em vigor desta lei pode dificultar a sua execução, em razão do prazo exíguo determinado para a notificação e também pela amplitude da lei. Nos termos da Lei Complementar nº 78, de 9 de julho de 2004, o início da vigência da lei será indicado de forma expressa, garantindo-se, quando se fizer necessário, prazo para que dela se tenha amplo conhecimento. Devido ao grande alcance desta lei, sujeitando, inclusive, as instituições privadas, acredita-se ser necessário mais tempo até que todos os afetados pela norma possam se ajustar ao novo ordenamento.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a opor veto total à Proposição de lei nº 21.146, devolvendo-a, em obediência à Constituição, ao necessário reexame dessa Egrégia Assembleia Legislativa.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.”

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e para a especial de amanhã, dia 21, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Glaycon Franco, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fred Costa e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A

Presidência informa que a reunião se destina a aprovar a matéria constante da pauta, a debater, em audiência pública, a política de desenvolvimento urbano, principalmente no que se refere à verticalização dos Bairros Santa Lúcia e São Bento, e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.035/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Gina Rende, Secretária Adjunta de Planejamento Urbano, representando o Sr. Marcello Faulhaber, Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana; e os Srs. Rusvel Beltrame Rocha, Procurador-Geral Adjunto do Município de Belo Horizonte, representando o Sr. Fernando Antônio Costa Jannotti, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital; Lusimar do Carmo Ferreira Lisboa, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Santa Lúcia; Rogério Oliveira de Rezende, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Bento; Nelson Temponi, Vice-Presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Bento; Cláudio Manoel Frade, Diretor Financeiro da Associação dos Moradores do Bairro São Bento; André Gontijo, Vice-Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santo Agostinho; Joaquim Vidigal, Presidente da Associação dos Moradores do Alto Bairro Santa Lúcia; Fernando Santana, Presidente da Associação das Associações de Bairros de Belo Horizonte; Ricardo Jeha, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere-Casa, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Pompílio Canavez, Presidente – Duarte Bechir – Ulysses Gomes.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Gustavo Perrella e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação do requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.101/2012 (Deputado André Quintão); 3.132/2012 (Deputado Fabiano Tolentino); 3.155/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 3.126/2012 e 3.140/2012 (Deputado Tadeu Martins Leite); 3.127/2012 e 3.159/2012 (Deputado Marques Abreu). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.127/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Marques Abreu, Presidente - Tadeu Martins Leite - André Quintão.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Tiago Ulisses e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Valcenor Braz, Deputado Federal; Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do IMA, e José Aparecido Mendes Santos, Presidente da Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Norte de Minas e Jequitinhonha (31/5/2012); e Rafael F. S. Pires, Assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (1º/6/2012). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.998/2012, em turno único, para cuja relatoria designou o Deputado Tiago Ulisses. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.203/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública para debater a exigência, por parte do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais - Crea-MG –, da indicação de responsável técnico - RT - para obras e empreendimentos rurais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Romel Anízio - Doutor Viana.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Glaycon Franco e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.213, 3.221, 3.222/2012 (Deputado André Quintão); 3.211, 3.212, 3.216, 3.218/2012 (Deputado Bruno Siqueira); 3.220, 3.224/2012 (Deputada Rosângela Reis); 3.219, 3.226/2012 (Deputado Sebastião Costa); 3.217, 3.223/2012 e Projeto de Lei Complementar nº 29/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.225/2012, Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 e Recurso nº 1/2012 (Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.099/2012, este na forma do Substitutivo nº 1, 2.436/2011 (relator: Deputado Glaycon Franco); 3.064 e 3.088/2012, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Educação e ao Conselho Estadual de Educação o Projeto de Lei nº 989/2011, ao Conselho Regional de Enfermagem o Projeto de Lei nº 2.759/2011, às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Cemig o Projeto de Lei nº 3.103/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira, o primeiro lido pelo Deputado Anselmo José Domingos e os demais lidos pelo Deputado Sebastião Costa); à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 1.183/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Departamento de Estradas de Rodagem o Projeto de Lei nº 3.160/2012 (relator: Deputado Gustavo Valadares, lido pelo Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.238/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e 1.239/2011 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 283/2011, 3.171 e 3.179/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique); 2.313/2011, 3.180/2012 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 3.089/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco); 3.174, 3.187/2012 (relator: Deputado André Quintão); 3.178, 3.190 e 3.192/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.170, 3.172, 3.175 e 3.183/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – Gustavo Valadares – Luiz Henrique – André Quintão – Duarte Bechir.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 12/6/2012

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de acesso à justiça pela mulher vítima de violência e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Nívea Mônica da Silva, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos – CAO-DH –, em que convida os membros da Comissão para participar da solenidade de abertura do “II Ciclo Internacional de Debates sobre Questões de Gênero: a participação das mulheres no sistema político eleitoral”. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Denise Moreira Daher, Coordenadora, representando a Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, Superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; Maria Cristina Leão, Psicóloga Judicial do TJMG; Nívea Mônica da Silva, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Luciana Bär Infante Antunes Rabelo, Defensora Pública, representando a Sra. Laurelle Carvalho de Araújo, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência; Margaret de Freitas Assis Rocha, Chefe de Divisão da Delegacia de Atendimento Especializado da Mulher; a Sgt. PM Sílvia Adriana da Silva, Coordenadora do Programa de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar; as Sras. Luci Pereira de Abreu Alves Diniz, Técnica Social, representando a Sra. Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais - Serjusmig; Wânia Pasinato, autora do livro "Acesso à Justiça e Violência Contra a Mulher em Belo Horizonte"; Guiomar Lanna, do Conselho Estadual da Mulher; Isabel Vieira, Assessora da Deputada Federal Jô Moraes; Márcia Gomes, Presidente do Consórcio Mulheres das Gerais; e Maria Izabel Ramos de Siqueira, Presidente do Movimento Popular da Mulher, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Neste momento, registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas



taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos das Deputadas Maria Tereza Lara e Liza Prado e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para a implantação de delegacias de atendimento especializado da mulher, com plantão 24 horas, nas regiões do Barreiro e de Venda Nova; e sejam incluídos no relatório desta Comissão os dados e documentos encaminhados pelo CAO-DH que versam sobre questões relevantes para o aprimoramento da atuação do Ministério Público no combate à violência doméstica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente – Ulysses Gomes.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Hely Tarquínio, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Câmara Municipal de Itamogi comunicando à Comissão de Saúde o total engajamento do Município na campanha da Caravana da Saúde Assine + Saúde; e do Sr. Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão para discutir a saúde integral da mulher na Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaemg, especialmente no Vale do Mucuri; e de ofícios dos Srs. Paulo César Gonçalves de Almeida, provedor da Fundação Hospitalar de Montes Claros, e Jayme Silva Filho, Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, publicados no “Diário do Legislativo” de 31/5/2012. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.874/2012, em turno único (relator: Deputado Doutor Wilson Batista); e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.253/2011 (relator: Deputado Doutor Wilson Batista) na forma do substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com voto contrário do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 3.166, 3.179 e 3.187/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi e Durval Ângelo em que solicitam seja encaminhada à Gerência de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde documentação referente à denúncia de maus-tratos a pacientes internados na Residência Terapêutica da Pampulha, nesta Capital; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião para discutir o ato médico, matéria que se encontra está em tramitação no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 268/2002. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, os requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Paulo Guedes, Doutor Viana e Carlin Moura (4) em que solicitam seja encaminhada ao Ministério da Saúde sugestão para que faça o cadastramento dos trabalhadores da extinta Sucam expostos aos pesticidas; seja encaminhado à Presidenta da República, devidamente acompanhado das notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão, pedido de providências para a elaboração de uma política dirigida aos trabalhadores da extinta Sucam expostos a pesticidas, com previsão de pensão especial a esses trabalhadores, bem como de indenização aos doentes e suas famílias; sejam encaminhados à Comissão da Verdade os vídeos contendo os depoimentos de trabalhadores intoxicados com inseticidas, além do vídeo da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão; seja encaminhado ao Congresso Nacional, devidamente acompanhado das notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão, pedido de providências para agilizar a tramitação dos Projetos de Lei nº 4.485/2007, que cria pensão especial de R\$2.075,00 para os antigos servidores da Sucam, e nº 4.873/2009, que estabelece indenização aos doentes e suas famílias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Liza Prado - Dinis Pinheiro.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, João Leite (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR) e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Luiz Henrique, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.856/2012, 43, 1.661, 1.857, 2.235, 2.579, 2.582/2011; 2.791, 2.820 e 2.987/2012(Deputado Duarte Bechir); 3.014, 3.020, 3.023, 3.040, 3.045, 3.046, 3.075, 3.101 e 3.080/2012(Deputado João Leite).



Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.956/2012. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 43, 1.661, 1.857, 2.235, 2.579, 2.582/2011; 2.791, 2.820, 2.987, 3.014, 3.020, 3.023, 3.040, 3.045, 3.046, 3.075, 3.101 e 3.080/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 15/6/2012

Às 9h15min, comparecem no Auditório Antônio Rodrigues D'Oliveira da Unifei, no Município de Itajubá, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Ulysses Gomes (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a tomar conhecimento da situação de violência contra a mulher no Município de Itajubá e região e debater a política de enfrentamento da violência e de atenção à mulher vitimizada. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, Coordenadora do Núcleo de defesa da Mulher - Nuden - da Defensoria Pública de Minas Gerais em Itajubá; Beatriz Monroe de Souza, Coordenadora da Regional Sul de Minas da Defensoria Pública de Minas Gerais; Sgt. PM Vanessa Goulart Silva, Comandante da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da PMMG em Itajubá; Karyna Tribst de Campos, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Itajubá; Clarete Izaura Faria Antunes da Silva, Presidente do Conselho Municipal da Mulher; Rosimeire da Silva Ribeiro Oliveira, Diretora da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá; Ângela Dacci Fernandes, Administradora Escolar, representando o Sr. Rodolfo Souza Cardoso, Diretor da Faculdade de Medicina de Itajubá - Hospital Escola; Luiza Cristina Mauad Ferreira, Psicóloga; e os Srs. Jorge Renó Mouallem, Prefeito Municipal de Itajubá; Antonio Raimundo Santi, Presidente da Câmara Municipal de Itajubá; Otávio de Almeida Cabral, Promotor de Justiça - 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajubá; Remy de Andrade Filho, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá; João Eusébio Cruz, Chefe do 17º Departamento de Polícia Civil; e Selmo Sila Souza, Magistrado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Fabiano Tolentino.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 18/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Divinópolis as Deputadas Luzia Ferreira e Maria Tereza Lara e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da violência contra a mulher no Município de Divinópolis e região. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Christina Diniz, Secretária Executiva representando a Sra. Jovita Levy Ginja, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres; Rita Fernandes da Silva, Defensora Pública Coordenadora Local da Defensoria Pública de Minas Gerais; Sirléia Moreira Tavares, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Divinópolis; Lucinda Basílio Vieira, Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Divinópolis; Maria Gorete Rios, Delegada Especializada de Orientação e Proteção à Família de Divinópolis; e os Srs. Anderson José Ribeiro Saleme, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis; Dalton Soares Negrão, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Divinópolis, representando o Sr. Marcelo Paulo Salgado, Juiz Diretor do Foro da Comarca de Divinópolis; Fábio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça da Comarca de Divinópolis; e Hélio Alves Barros, Gerente de Apoio da Casa dos Conselhos de Divinópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Maria Tereza Lara - Luzia Ferreira.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012

Às 9h48min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.128/2012, no 1º turno, cujo relatoria avoca a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012 (relator: Deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.238 e 3.243/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.579/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Bosco, Presidente – Duarte Bechir – Carlin Moura.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento ao debate sobre a prestação do serviço de telefonia móvel nos Municípios beneficiados pelo Programa Minas Comunica e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia, sugerindo que a Comissão encaminhe ao Consórcio Arena Independência pedido de informações sobre o critério utilizado para venda de lugares marcados. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 367/2011 (Deputado Délio Malheiros); 3.064/2012 (Deputado Duílio de Castro) e 3.088/2012 (Deputado Carlos Henrique). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Layla Ribeiro, responsável pelas relações institucionais da Vivo Regional Minas, representando a Sra. Fabrícia Lanna Coelho, advogada dessa empresa; e os Srs. Sérgio Rezende, Superintendente de Política Mineral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representando a Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, titular dessa Pasta; José Dias Coelho Neto, Gerente do Escritório Regional da Anatel; Ricardo Amorim, Assessor Jurídico da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, representando o Sr. Marcos Tofani Baer Bahia, Coordenador desse órgão; Marcelo Rodrigo Barbosa; José Luiz Gattas Hallak, Diretor de Relações Institucionais da OI, representando o Sr. Marcos Borges, da OI; André Luiz Barbosa Carvalho, advogado da Claro; André Gustavo Rosa, responsável pelas relações institucionais da TIM, representando a Sra. Rosana Dias Andrade, advogada dessa empresa, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Vanderlei Miranda - Duílio de Castro.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012

Às 16h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Duarte Bechir (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Resultado e Transparência), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que estão aberto os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nº 3.164/2012 até o dia 28/6/2012, e aos Projetos de Lei 3.257/2012 até o dia 9/7/2012. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 625 e 2.916/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 2.961/2012 (relator: Deputado Romel Anízio) na forma do vencido no 1º turno; 2.784, 2.918, 2.958 e 3.034/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier); 2.915/2012 relator: Deputado Romel Anízio); 2.917 e 2.959/2012 (relator: Deputado Doutor Viana); 2.960/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.152/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella). O



Presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres, dos quais é relator, que concluem pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.099/2012 na forma do Substitutivo nº 2, e 3.128/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Zé Maia, Presidente - Ulysses Gomes - Romel Anízio - João Vítor Xavier - Doutor Viana.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/6/2012

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica que o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Benjamin Zymler, Presidente do TCU (7/6/2012); e Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Inbra, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (352) (14/6/2012). A seguir, comunica que estão abertos os prazos para apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.164/2012, até o dia 28/6/2012, e 3.257/2012, até o dia 9/7/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Resolução nºs 3.228, 3.230, 3.231 e 3.235/2012 (Deputado Doutor Viana); 3.229, 3.234 e 3.237/2012 (Deputado Romel Anízio); 3.232, 3.233 e 3.236/2012 (Deputado Gustavo Perrella), em turno único; Projetos de Lei nºs 625/2011 e 2.916, 2.919 e 2.960/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 2.784, 2.918, 2.958 e 3.034/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 2.915 e 2.961/2012 (Deputado Romel Anízio); 2.917 e 2.959/2012 (Deputado Doutor Viana), no 2º turno; 439 e 1.226/2011 e 2.783/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 1.135/2011 (Deputado Gustavo Perrella); 2.811/12 (Deputado Doutor Viana); 2.816/2012 (Deputado Antônio Júlio) e 3.099/2012 (Deputado Zé Maia), no 1º turno; e Mensagens nºs 238, 241, 243, 248 e 251/2012 (Deputado Doutor Viana); 239, 246 e 253/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 240, 242, 244, 247, 249 e 252/2012 (Deputado Romel Anízio); e 245 e 250/2012 (Deputado João Vítor Xavier), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 625/2011 e 2.784, 2.915 a 2.919, 2.958 a 2.961 e 3.034/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por haverem sido apreciados em reunião anterior. A seguir, o Presidente determina a distribuição em avulso do parecer, do qual é relator, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 21 a 29 e pela aprovação da Emenda nº 30, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.745/2011. Os Deputados João Vítor Xavier e Sebastião Costa retiram-se da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.099/2012 na forma do Substitutivo nº 2; e 3.128/2012 (relator: Deputado Zé Maia), registrando-se os votos contrários dos Deputados Antônio Júlio e Ulysses Gomes; e 2.593/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Resolução nºs 3.228 a 3.237/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe o requerimento do Deputado Ulysses Gomes em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os investimentos realizados pelo Estado na construção, reforma e equipamento de postos de fiscalização operados por essa Secretaria no período de 2003 a 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 21/6/2012, às 10 horas, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 2.745/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Zé Maia, Presidente – Doutor Viana – João Vítor Xavier – Sargento Rodrigues.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2012, às 10 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a presença de convidados, para discutir o enfrentamento do “crack” no Município e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.989/2012****Comissão de Redação**

O Projeto de Resolução nº 2.989/2012, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de couros, peles e assemelhados, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.989/2012

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre a indústria de couros, peles e assemelhados, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro da indústria de couros, peles e assemelhados, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 101/2011.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.991/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Resolução nº 2.991/2012, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.991/2012

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 99/2011.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.993/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Resolução nº 2.993/2012, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica medidas fiscais adotadas para o segmento econômico-industrial do leite e de laticínios e para o setor de comércio eletrônico e de "telemarketing", nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.993/2012

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o segmento econômico-industrial do leite e de laticínios e sobre o setor de comércio eletrônico e de "telemarketing", nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de M
Gerais aprova:

inas

Art. 1º - Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do segmento econômico-industrial do leite e de laticínios e do setor de comércio eletrônico e de "telemarketing", nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 102/2011.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.990/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 2.990/2012, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.990/2012

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 100/2011.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Duarte Bechir, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 21 A 30 APRESENTADAS NO 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 2.745/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 159/2011, o projeto de lei em epígrafe “cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, altera as Leis nº 15.462 e nº 15.470, ambas de 13 de janeiro de 2005, nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as autoridades sanitárias de regulação da assistência à saúde e de auditoria assistencial do SUS e institui prêmio por desempenho de metas”.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 17, que apresentou.

Por meio da Mensagem nº 206/2012, o Governador do Estado encaminhou emenda ao projeto em tela.

A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, apresentadas pela Comissão de Constituição de Justiça, e com a Emenda nº 3, na forma da Subemenda nº1, que apresentou, e pela rejeição da Emenda nº 17. Propôs, ainda, as Emendas nºs 18 a 20, incorporando, na Emenda nº 19, o teor da emenda encaminhada pelo Governador do Estado.

A Comissão de Saúde opinou pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, apresentadas pela Comissão de Constituição de Justiça; com a Emenda nº 3 na forma da Subemenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública; e com as Emendas nºs 18 a 20, da Comissão de Administração Pública. Opinou, também, pela rejeição da Emenda nº 17.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, apresentadas pela Comissão de Constituição de Justiça; com a Emenda nº 3, na forma da Subemenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública; com as Emendas nºs 18 a 20, também da Comissão de Administração Pública; e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Constituição e Justiça.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foram apresentadas, em Plenário, as Emendas nºs 21 a 30, que vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise propõe a criação da carreira de Médico da Área de Atenção à Saúde, na Secretaria de Estado de Saúde, e de Médico Perito, no Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria Político-Institucionais do Poder



Executivo, instituído pela Lei nº 15.470, de 13/1/2005, e institui o Prêmio por Desempenho de Metas – PDM – para os servidores designados para as atividades de regulação da assistência à saúde e de auditoria assistencial do SUS.

Durante a discussão do projeto em Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 21 a 30.

A Emenda nº 21, de autoria do Deputado André Quintão, transforma cargos da carreira de Analista Executivo de Defesa Social em Médico da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds. O objetivo da emenda é conceder tratamento igualitário ao estabelecido pela proposição a cerca de 25 concursados que exercem a função de médico e são lotados na Seds.

As Emendas nos 22 a 29, de autoria do Deputado Fred Costa, criam os cargos de Fonoaudiólogo Perito, Fisioterapeuta Perito, Psicólogo Perito, Assistente Social Perito e Engenheiro Perito e fazem as alterações necessárias na proposição de forma a compatibilizar seus dispositivos com a criação dos cargos propostos.

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 260, encaminhou a esta Casa a Emenda nº 30, que altera os valores de vencimento básico propostos para a carreira de Médico Perito no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. A emenda pretende assegurar isonomia entre os valores de vencimento básico previstos para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo e os valores dos contratos administrativos referentes à função de médico.

Todas as alterações propostas implicam aumento de despesa com pessoal para o erário, estando, portanto, condicionadas aos limites constitucionais e legais. Segundo o art. 17 da Lei Complementar Federal nº101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas de pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e com demonstrativo da origem dos recursos para seu custeio, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As Emendas nos 21 a 29 não podem prosperar por não apresentarem o impacto orçamentário-financeiro e em virtude da impossibilidade de aumento de despesa por emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme art. 63, I, da Constituição Federal, art. 68, I, da Constituição mineira, e art. 181, I, do Regimento Interno.

A Emenda nº 30, segundo informações encaminhadas a esta Casa pelo Poder Executivo, apresenta impacto financeiro de R\$653.342,13 decorrente da aplicação da nova tabela aos atuais servidores e, caso sejam providos todos os cargos que serão criados para a carreira de Médico Perito, de R\$600.150,41.

O Governador do Estado também informou que os valores do impacto financeiro decorrentes da emenda proposta “estão em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como com os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal” e que “as despesas decorrentes da referida emenda não afetarão as metas de resultados fiscais”.

Conforme Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2012, publicado no jornal “Minas Gerais – Diário do Executivo” em 30/5/2012, as despesas com pessoal do Poder Executivo encontram-se dentro dos limites legais. Adicionando-se o valor do impacto financeiro da proposta para o exercício de 2012, o valor ainda permanece inferior ao limite prudencial, considerando-se a RCL publicada no referido relatório.

Assim, por cumprir os pressupostos legais, concluímos que não existe óbice à aprovação da Emenda nº 30.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nos 21 a 29 e pela aprovação da Emenda nº 30, apresentadas em Plenário no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.745/2011.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana, relator - João Vítor Xavier - Sargento Rodrigues.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou em 20/6/2012, as seguintes correspondências:

OFÍCIOS

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, informando que a Câmara de Procuradores de Justiça do MPE propôs voto de congratulações com o Presidente desta Casa por seu aniversário.

Do Sr. Antonio A. Caram Filho, Diretor-Geral da Arsae-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado. (- Anexe-se ao Requerimento nº 747/2011.)

Do Sr. Álvaro Campos de Carvalho, Superintendente Regional do DNIT (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.709/2012, do Deputado Hélio Gomes.

Do Sr. Ailton Cláudio Fernandes, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Nova Lima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.019/2012, da Comissão de Educação.

Do Sr. Anderson Marques Martinez Lara, Diretor de Apoio Técnico da Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Central Metropolitana (2), informando a realização de audiência pública em 20/6/2012, às 19 horas, no Espaço Infraero, em Confins, para tratar da ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e, em 21/6/2012, às 20 horas, no Colégio Santo Agostinho, no Vale dos Cristais, em Nova Lima, para tratar do licenciamento da ampliação do loteamento do Vale dos Cristais sob a responsabilidade da Odebrecht. (- À Comissão de Meio Ambiente.)



Do Sr. Antônio Lima Bandeira, Presidente da Epamig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.084/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.822/2012, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando o requerimento do Deputado Estevam Galvão, dessa Assembleia, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do referido Estado pelo Dia Mundial do Rim. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Cleusa R. da Silveira Bernardo, Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (substituta), prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.277/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Cresmar Ribeiro Dorneles, Prefeito Municipal de Serra do Salitre, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.071/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.071/2012.)

Do Sr. Eduardo Biagi, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, agradecendo a esta Casa a presença na ExpoZebu 2012 e tecendo considerações sobre o sucesso do evento.

Do Sr. Joaquim Laércio Rodrigues, Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.084/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.084/2012.)

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte (6), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.395, 2.586, 2.872 e 2.912/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.233/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, e 2.740/2012, do Deputado Marques Abreu.

Da Sra. Magda L. G. Moreira, da Secretaria da 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.385/2012, do Deputado Elismar Prado.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (8), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.803/2012, da Comissão de Direitos Humanos; 2.077, 2.105, 2.261, 2.265 e 2.279/2011, da Comissão de Participação Popular; 2.662/2012, do Deputado Duílio de Castro, e 2.613/2012, do Deputado Elismar Prado.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 429, 614, 1.787, 2.318 e 2.389/2011, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça; ao Projeto de Lei nº 426/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Segurança Pública; e ao Projeto de Lei nº 644/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexem-se o ofício e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Maurício Pereira Malta, Chefe da Assessoria Parlamentar do DNIT, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.028/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Paulo Jorge P. Plaisant, Presidente da ONG Amvem Saúde e Direitos Humanos, apresentando denúncia de prevaricação contra o Sr. Eduardo Valle Botti, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível de Juiz de Fora. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Rufino Correia Santos Filho, Diretor de Programa da Subsecretaria de Planejamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, dando ciência da celebração de convênio entre essa Secretaria e o governo do Estado para execução do projeto Ações de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Sebastiana Leonardo Martins, Presidente do Sindicato de Assessores e Gestores Públicos, encaminhando estudos realizados por esse Sindicato e solicitando à Casa apoio a reivindicações das classes que representa. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Ten.-Cel. Mário César da Silva, em atenção ao convite formulado por meio do Ofício nº 1.345/2012/SGM, para comparecimento a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, justificando a ausência dos convidados. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Toninho Pinheiro, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.955/2012, do Deputado Luiz Henrique.

Da Sra. Vanessa Grazziotin, Senadora e Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba no Congresso Nacional, prestando informações atinentes a esse Grupo e fazendo consulta sobre a existência de grupo semelhante nesta Casa.

CARTÃO

Do Sr. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas, comunicando sua posse no referido cargo.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista

exonerando Arlindo Alves Filgueira Neto do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando Aguinaldo Barroso de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;



nomeando Thaiza de Oliveira Figueiredo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Glaycon Franco

exonerando Alexandre Afonso Silva Notini do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Alessandra Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Isabel Pereira de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Virgínia Santos Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Claudia Silveira Leite do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Sérgio de Carvalho do Carmo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Aurora Marquez Pereira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ana Claudia Silveira Leite para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Virgínia Santos Pereira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Alexandre Afonso Silva Notini para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. - ME. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas, tapetes e fitas pertencentes à contratante. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação, por 12 meses, com reajuste de preço. Vigência: de 21/8/2012 até 20/8/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.